ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2021.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)

2º SECRETÁRIO: VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELLOS, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 124/21 do Gabinete do Prefeito encaminhando o Decreto n. 33.762/21, referente a Abertura de Crédito Extraordinário; Ofícios n.s 54, 55 e 56/21 da Secretaria de Governo da Prefeitura em resposta a pleitos da CMS; Ofício n. 52/21 da Câmara

Municipal de Itaberaba encaminhando Moção de pesar pelo falecimento do vereador Irmão Lázaro; Ofício n. 181/21 do Ministério da Cidadania informando Convênio firmado com a Prefeitura; Mensagens n.s 9, 10 e 11/21 do Executivo Municipal encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei n.s 135 a 137/21; Projetos de Lei n.s 132 a 134/21 da vereadora Marcelle Moraes; Projetos de Indicação n.s 238 e 239/21 do vereador Alberto Braga, 240/21 do vereador Isnard Araújo, 241/21 do vereador Hélio Ferreira, 242/21 do vereador Anderson Ninho, 243/21 do vereador Emerson Penalva, 244/21 da vereadora Laina Crisóstomo 245/21 da vereadora Marcelle Moraes, 246/21 do vereador Augusto Vasconcellos, 247 e 248/21 da vereadora Marta Rodrigues, 249 e 250/21 do vereador Julio Santos e 251/21 do vereador Paulo Magalhães Júnior; Requerimento n. 133/21 do vereador Sílvio Humberto; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 16 e 17/21 do vereador Edvaldo Brito; Moções n.s 39/21 do vereador Marcelo Maia, 40/21 do vereador Geraldo Júnior e 41/21 da vereadora Roberta Caires; e Requerimento de licença de vereadora. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente informou haver sete Projetos de Lei de vereadores com pareceres das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Orçamento, e consultou os pares sobre a possibilidade de tais Projetos serem votados, nesta Sessão, com os pareceres das comissões temáticas emitidos em Plenário. Acrescentou que, não havendo votação, haveria prazo de 72 horas para as comissões temáticas emitirem pareceres. Pela ordem, o vereador Ricardo Almeida informou reunião da Comissão de Finanças para exaurir o trabalho e declarou-se favorável à votação desses Projetos. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito defendeu a prevalência do Regimento Interno (RI), o qual previa o juízo de admissibilidade pela CCJ, como havia sido feito no caso. Apontou que o RI condicionava o parecer em Plenário à existência acordo, algo que considerou ser difícil em condições normais e mais ainda no atual cenário. Declarou-se preocupado com o andamento desses Projetos. O senhor presidente agradeceu a explanação do orador. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues

defendeu a votação dos Projetos que já tivessem todos os pareceres, ficando os demais para serem votados na semana seguinte. O senhor presidente reiterou o que dissera inicialmente, observando que não era papel do presidente apurar a situação dos projetos nas comissões e explicando que assim fizera por iniciativa própria. A vereadora Marta Rodrigues defendeu mais tempo para se ordenarem os Projetos, inclusive se evitando que alguns edis não tivessem seus projetos apreciados. O senhor presidente lembrou que 80% dos projetos de vereadores aprovados, na semana anterior, eram da Oposição. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior, líder do Governo, expôs que as comissões temáticas tinham dificuldade de se reunir e lembrou entendimento do Colégio de Líderes sobre a necessidade dos pareceres dessas comissões. Sugeriu reunião do Colégio de Líderes para um novo entendimento visando à celeridade, relatando que alguns pares haviam declarado não exigirem os pareceres das comissões temáticas. O senhor presidente sugeriu ao vereador Edvaldo Brito que o RI previsse sanção para a não-elaboração tempestiva de pareceres pelas comissões temáticas, com avocação desse mister pelo presidente. Saudou o esforço do vereador Alexandre Aleluia na Presidência da CCJ e o trabalho da Comissão de Finanças. Nos **Registros**, o vereador Átila do Congo contou que mais de 40 famílias, em Periperi, sofriam perdas em razão de obra executada por empresa a serviço da Prefeitura. Afirmou que a responsabilidade era da empresa e não, da Prefeitura. Explicou ter havido o entupimento de um canal. Foi votada e aprovada a licença da vereadora Debora Santana (27 e 28 de abril). Foram promulgadas as Resoluções n.s 3.000 e 3.001/21. O vereador Orlando Palhinha associou-se ao vereador Átila do Congo, exigindo que a empresa tivesse responsabilidade. Pediu passarela no Lobato, em razão do risco que o trânsito trazia às pessoas. O senhor presidente desculpou-se com os edis cujos projetos seriam votados se tivesse havido consenso. O vereador Anderson Ninho comentou sobre sua Indicação para Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) em Dom Avelar, pedindo a ajuda do senhor presidente e dos pares para se evitar uma reforma em

lugar do CMEI. O vereador Tiago Ferreira expôs sobre Projetos para Fazenda Coutos, sobre os quais, tratara com o vereador Alexandre Aleluia na CCJ. Destacou o Projeto para um restaurante popular no local, sublinhando a sua necessidade frente à miséria causada pela pandemia, e pediu apoio aos pares. A vereadora Laina Crisóstomo saudou o prazo de 72 horas para os projetos e pediu a efetiva aprovação dos projetos da Oposição voltados à diversidade. O vereador Augusto Vasconcellos registrou protesto dos agentes de saúde e de endemias por equipamentos de proteção e por reajuste remuneratório pela Prefeitura, a qual descumpria obrigação. Pediu apoio aos pleitos. A vereadora Maria Marighella endossou o registro do orador que a antecedera. Mencionou a boa receptividade ao espaço dado, na Sessão anterior, para a Band Bahia, considerando um sinal de que a Tribuna Popular poderia ser retomada. Defendeu esse restabelecimento, com a observância dos protocolos necessários. O vereador Teo Senna assinalou seu compromisso com a atividade física e esportiva, pedindo a aprovação dos Projetos dos pares a esse respeito. Destacou o Projeto do vereador Maurício Trindade para tornar a atividade física essencial, o qual havia relatado na Comissão de Educação, e pediu a opinião do senhor presidente a respeito. O senhor presidente destacou a atuação do vereador Teo Senna na área esportiva e sugeriu a coautoria desse Projeto com esse edil e com a vereadora Roberta Caires. O vereador Cláudio Tinoco defendeu a educação e criticou declaração do secretário estadual de Saúde, Fábio Villas-Boas, na qual ele apontara jogada de *marketing n*a retomada das aulas no Estado São Paulo. A vereadora Marta Rodrigues disse que, sem qualquer jogada de *marketing*, priorizava-se a vida das pessoas ao se manterem suspensas as aulas. Afirmou não haver condições para o retorno às aulas, segundo apurado em debate da entidade sindical dos docentes. O vereador Sílvio Humberto saudou o grupo Ogunjê, de Feira de Santana, frente à contrariedade de um vereador daquela cidade à criação do Dia Municipal da Beleza Negra. Informou Moções de repúdio a esse vereador e de aplauso ao Ogunjê, em nome de sua diretora, Maria de Lurdes Santana. Sobre a retomada

das aulas, rejeitou disputas e defendeu que se cuidasse das condições para aulas remotas durante a pandemia, segundo as especificidades de cada local. Apontou descompasso na dinâmica entre as comissões, pedindo atenção para se melhorar o andamento entre elas. O vereador Alberto Braga destacou a notícia de que Salvador era a capital com maior índice de vacinados contra a Covid. Saudou o prefeito Bruno Reis, os gestores da Prefeitura, os profissionais de saúde e a população, que buscava a vacinação. Elogiou o secretário e vereador licenciado Kiki Bispo. Destacou, ainda, recurso facilitador da vacinação, criado por Secretaria na qual havia atuado. O vereador Daniel Alves expôs sobre os prejuízos do segmento de bares e restaurantes em razão das regras estaduais sobre horários de funcionamento e restrição de bebidas alcoólicas. Explicou que as regras afetavam o ponto principal de receita e sugeriu modificações, pedindo o apoio dos pares. O senhor presidente expressou compreensão, defendendo que a defesa da vida fosse conciliada a novas regras voltadas à sobrevivência do segmento. Anunciou intercessão, nesse sentido, junto ao Governo do Estado, através do secretário Fábio Villas-Boas. O vereador André Fraga destacou a atuação dos órgãos municipais frente às chuvas e alertou haver previsão de mais chuvas, defendendo que o País fosse signatário de acordos internacionais sobre clima e meio ambiente. O senhor presidente registrou a presença do ex-vereador Alex Mine, desejando o seu retorno à Casa. O vereador Sandro Bahiense repudiou o assassinato de um policial civil na Liberdade, pedindo que o Governo do Estado desse condições de trabalho aos policiais. Mencionou audiência pública sobre o assunto, com a participação do ex-prefeito ACM Neto. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO